

A ICONICIDADE NA ANTONOMÁSIA: UMA REFLEXÃO SEMIÓTICO- DISCURSIVA

Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins (PG/UERJ-FAPERJ)

Introdução

Nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, o estudo sobre a antonomásia, figura de discurso que designa o processo de passagem de um nome próprio a um nome comum, é visto ora ligado ao conceito de metáfora, ora ligado à relação parte-todo, isto é, à metonímia. Na maioria das vezes, os exemplos mostrados nessas abordagens tradicionais estão descontextualizados, ou seja, não são retirados de um emprego discursivo- dialógico da língua. O principal objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre o potencial icônico dos nomes próprios nas antonomásias. Tendo como base teórica a noção de unidade cultural (ECO, 1985), unidade observável e manobrável no âmbito de uma cultura (ECO, 1985:162), e a teoria da Iconicidade Lexical, desenvolvida por Simões (2004) a partir dos estudos semióticos de Peirce, analisaremos as seguintes aspectos do nome próprio nas antonomásias: a forma do nome próprio, ou seja, sua plasticidade, que é a característica central da iconicidade diagramática, e a iconicidade isotópica, que age como uma espécie de condutor temático para a formação de sentido de um texto, isto é, “cria uma rede semiótica especial capaz de acionar esquemas cognitivos que levem à compreensão e à interpretação do texto em questão” (SIMÕES, 2004). Esses dois tipos de iconicidade inserem-se numa rede mais ampla de signos denominada iconicidade verbal ou lexical (SIMÕES, 2004), que abrange efeitos tanto de ordem discursiva (discursivização) como de ordem estilística. Assim, ao concebermos o estudo das antonomásias em uma perspectiva semiótico- discursiva, cremos ter dado mais um passo nos estudos dos itens lexicais que atuam como organizadores de sentido de um texto.

1-Sobre a antonomásia

Tradicionalmente, define-se antonomásia quando a fronteira entre nomes próprios e nomes comuns se confunde, isto é, quando os nomes próprios podem passar a nomes comuns e vice-versa. A Retórica também engloba esse processo sob o rótulo “antonomásia”. Desde a Antiguidade greco-latina, a antonomásia está inserida nos tropos como uma figura de estilo cuja função é apoiar e sustentar uma argumentação (PERELMAN & TYTECA, 2005). Segundo o dicionário Houaiss (2001) o verbete antonomásia é:

variedade de metonímia que consiste em substituir um nome de objeto, entidade, pessoa etc., por outra denominação, que pode ser um nome comum (ou uma perífrase), um gentílico, um adjetivo etc., que seja sugestivo, explicativo, laudatório, eufêmico, irônico ou pejorativo e que caracterize uma qualidade universal ou conhecida do possuidor (Aleijadinho por “ Antônio Francisco Lisboa”; A Rainha Santa por “Isabel, rainha de Portugal, esposa de D. Dinis”, o mantuano por “Vergílio”; um Borgonha por um “vinho da Borgonha” etc), ou vice-versa (um romeu por “um homem apaixonado”, tartufo por “hipócrita” etc). Etimologia: gr. Antonomásia. Através do latim Antonomásia, em retórica “nome que nada tinha que ver, morficamente, com o nome a que se juntava ou a que substituíra”, de ant(i) + onomázdo “dar nome a”; f.hist. 1540 antonomasía, 1704 antonomazia.

Também Bechara (1982: 74) fala sobre a passagem de nomes próprios a comuns, porém sem fazer alusão ao nome antonomásia:

Passagem de nomes próprios a comuns. – Não nos prendemos apenas à pessoa ou coisa nomeada; observamos-lhe qualidades e defeitos que se podem transferir a um grupo mais numeroso de seres. Os personagens históricos, artísticos e literários pagam o tributo de sua fama com o desgaste do valor individualizante do seu nome próprio, que, por isso, passa a comum. Por esta maneira é que aprendemos a ver no Judas não só o nome de um dos doze apóstolos, aquele que traiu Jesus; é também a encarnação mesma do traidor, do amigo falso, em expressões do tipo: Fulano é um judas. Desta aplicação geral de um nome próprio temos vários outros exemplos: Dom-João (homem formoso; galanteador; irresistível às mulheres),

tartufo (homem hipócrita, devoto falso), cicerone (guia de estrangeiros, dando-lhes informações que lhes interessam), benjamim (filho predileto, geralmente o mais moço; o mais jovem membro de uma agremiação, prende-se ao personagem bíblico que foi o último e predileto filho de Jacó), áfrica (façanha; proeza; revive as façanhas dos antigos portugueses nessas terras). Passam a substantivos comuns os nomes próprios de fabricantes, e de lugares onde se fazem ou se fabricam certos produtos: estradivários (= violino de Stradivarius), guilhotina (de J. Inácio Guillotin), macadame (do engenheiro Mac Adam), sanduíche (do conde de Sandwich), havana (charuto; em português, havano), champanha (da região francesa Champagne), cambraia (da cidade francesa de Cambray).

Note-se que essas definições caracterizam a antonomásia, em seu funcionamento, ligada à sinédoque, ou à metonímia, ou à perífrase, ou a uma substituição de um termo por outro sob caracterização metafórica. Sob o plano morfológico, a antonomásia se caracteriza em todas as definições como uma passagem da categoria “nome próprio” (Npr) para a categoria “nome comum” (Nc) e vice-versa, em um processo denominado, na Gramática tradicional, *derivação imprópria* (também conhecido por *conversão* ou *habilitação* na Linguística). De acordo com Cunha (1982), a *derivação imprópria* é um processo de enriquecimento vocabular por meio da mudança de classe de palavras sem que ocorra uma modificação na forma. Para isso, basta antepor-se um artigo a qualquer palavra da língua para que ela passe a ser um substantivo. Outra possibilidade de comprovar a *derivação imprópria* de um nome próprio é sob o plano semântico. Para isso, o dicionário é de grande valia, visto que ele concentra em seu “corpus” entradas lexicais já estabilizadas em uma língua. Lá se encontram *judas, mecenas, narciso, eldorado, fúria, sereia*, entre outras, que, inicialmente, eram nomes próprios, mas, no discurso, tornaram-se nomes comuns, comprovando, assim, a lexicalização.

Entretanto, encontramos atualmente na mídia antonomásias que não contemplam o processo de lexicalização, porque são temporárias, ou seja, elas têm a duração do processamento discursivo. É o que vemos nos seguintes exemplos, nos quais as antonomásias aparecem em negrito:

“Jorge Furtado é o Amaral Neto do petismo. Faturou 700 000 reais para dirigir um comercial do Banco do Brasil.”

(MAINARDI, Diogo. O Amaral Neto do petismo. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 12 de janeiro de 2005, p.109)

“Protógenes Queiroz é a Glória Perez da espionagem nacional. É o “Slum-dog Millionaire” da PF – e bota “Millionaire” nisso. Ele sempre dá um jeito de citar Mahatma Gandhi. Ele sempre dá um jeito de usar um terno hinduísta.”

(MAINARDI, Diogo. Sou o guru de Protógenes. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 18 de março de 2009, p.155)

A operação de referenciação dessas antonomásias faz parte de uma instância de enunciação que constitui o discurso, no qual se identificam os papéis actanciais do enunciador e do enunciatário. Esses actantes da enunciação constituem-se num aqui e num agora, espaço e tempo respectivamente, e promovem a construção de sentido ou processo de referenciação por meio de suas escolhas lexicais. Desse modo, a interpretação “correta” de uma antonomásia deduz a existência de um pacto virtual de recepção entre o enunciador-escritor e o enunciatário-leitor. Ao concebermos a linguagem como um fenômeno sociocognitivo, estabelecemos que a relação entre significante(s) e significado(s) é “observável e manobrável” (ECO, 1973:162) porque o signo é uma “unidade cultural”.

A seguir, veremos que a noção de “unidade cultural”, desenvolvida por Eco (1973, 2004), para estudos no campo da Semiótica, também insere o trabalho e a percepção cultural do ser humano como um dos mecanismos de ativação de sentidos de um texto.

2-A noção de unidade cultural como característica da iconicidade

Eco (2004:15) afirma que “toda tentativa de estabelecermos o que seja o referente de um signo obriga-nos a definir esse referente em termos de uma entidade abstrata, a qual não passa de convenção cultural”, isto é, a linguagem é um sistema social. A afirmação de Eco se assemelha a de outros estudiosos, como Saussure e Peirce, por exemplo. Nesse sentido, a compreensão do mundo é uma questão do que é significativo, em termos socioculturais, para o “eu” linguístico.

Trazendo a discussão para o campo da Semiótica, Eco (2004:16) estabelece a noção de “unidade cultural”:

... uma unidade... é simplesmente toda e qualquer coisa culturalmente definida e individuada como entidade. **Pode ser pessoa, lugar, coisa, sentimento, estado de coisas, pressentimento, fantasia, alucinação, esperança ou ideia.** Na cultura norte-americana, unidades como tio, cidade, blue (deprimido), mixórdia, palpite, a ideia de progresso, esperança e arte são unidades culturais.

Compreende-se, assim, a noção de semiose ilimitada (Peirce *apud* VOLLI, 2007: 37-38), tão cara aos semióticos ligados à isotopia textual, pois o signo nunca será um lugar vazio, pois seus inúmeros interpretantes podem ser modificados, em sua compreensão, de acordo com as reações culturais de uma comunidade ou até entre comunidades de origens diversas, como vemos hoje em plena época de globalização das tecnologias de informação.

Ao que parece, o problema dos nomes próprios, discutido incessantemente na Lógica e na Linguística, é sensível à noção de “unidade cultural”. É o que vemos em Eco (1973:160):

O mesmo se diga dos nomes próprios das pessoas, que segundo alguns autores indicam ou marcam, mas não significam. Basta que se pergunte /quem é João?/ e que alguém responda /é o primo de Henrique/, para compreender que a unidade cultural correspondente ao nome próprio é uma posição num dado sistema de parentesco. Que os nomes próprios sejam abundantemente homonímicos (e que existam tantas unidades culturais correspondentes ao significante João), isso é um puro facto empírico. E, por outro lado, ninguém usa o nome /João/ se num contexto precedente não estabeleceu qual é o campo semântico a que se refere.

É evidente que toda e qualquer “unidade cultural” só poderá ser referenciada iconicamente a partir de um campo semântico pré-estabelecido entre os participantes do jogo enunciativo. Isso é uma condição básica para todo e qualquer processo de referenciação de natureza dialógica. Entendemos que a noção de campo semântico (ECO, 1973) vai além do conjunto de traços distintos de um vocábulo, porque especifica características que compõem a implementação do processo discursivo, ou seja, da criação de instâncias enunciativas no discurso nas quais as expressões linguísticas “semantizam” espaços mentais (FAUCONNIER, 1984, 1994) de referenciação desejados inicialmente pelo enunciador. Desse modo, postulamos que as instâncias de enunciação devem ser concebidas como espaços mentais básicos necessariamente envolvidos na implementação do processamento discursivo das antonomásias assim como de sua compreensão e interpretação. Todo esse processo de ativação de instâncias enunciativas (BENVENISTE, 1988, 1989) no discurso leva-nos a destacar que a referenciação de um texto se dá em planos enunciativos. A partir de um plano maior, correspondente ao enunciador empírico, que engloba a totalidade da referenciação, outros planos, isto é, instâncias enunciativas subsequentes, contêm e articulam as suas “unidades culturais”. Juntos, eles se organizam em função da coerência textual, isto é, um processo global de produção de sentido.

3- Análise de um texto: “O intelectual de Alckmin”, de Diogo Mainardi

Reinações de Narizinho é o livro preferido de Geraldo Alckmin. O governador de São Paulo não é exatamente um grande leitor. Mas pode contar com o incentivo intelectual de um eminente representante do mundo das letras: o secretário de Educação Gabriel Chalita. **Chalita é o Visconde de Sabugosa do Sítio do Picapau Amarelo geraldista. Ele é o sábio de cartola do alckminismo.** Publicou 39 livros em 36 anos de vida. Só no ano passado, entre um evento beneficente em Pindamonhangaba e uma aula de *lien ch'i* em Tupã, Chalita lançou seis títulos: *Mulheres que mudaram o mundo*, *Vivendo a filosofia*, *O poder*, *Educar em oração*, *A ética do rei menino* e *Seis lições de solidariedade com Lu Alckmin*. Nesta obra, “em singelas conversas com a primeira-dama do estado, o leitor vai navegando por mares de sensibilidade e ternura”. Lu Alckmin não foi a única mulher biografada por Chalita. Em 1997, ele escreveu *A vida não pode ser só isso*, em que exprimiu toda a sua admiração pela cantora Vanusa. Chalita acompanhou a trajetória de Vanusa desde os tempos da jovem guarda até os sucessos mais recentes, como na ocasião em que ela obteve o merecido quinto lugar no Festival Estrela de Ouro, em Viña del Mar, no Chile. Vanusa até hoje é celebrada por sua interpretação de *Se eu pudesse falar com Deus*, de Nelson Ned:

Eu hoje estou tão triste

Eu precisava tanto conversar com Deus

Falar dos meus problemas

Também lhe confessar tantos

segredos meus

Saber da minha vida e perguntar

por que ninguém me respondeu

Se a felicidade existe realmente ou

se é um sonho meu

Os conceitos pedagógicos de Chalita certamente foram inspirados por Vanusa. Ele acredita que o papel da educação não é “apenas ensinar física, química, biologia, matemática. Na verdade, o maior papel da educação é tocar na alma, é ensinar a ser feliz”. **Chalita, o Marquês de Rabicó da Igreja da Renovação Carismática, o padre Marcelo Rossi das faculdades Sumaré, aconselha que os alunos orem no começo e no fim das aulas.** Ele aconselha também que os alunos orem pelo professor ausente, pelo professor que morreu, pelo aluno que cabulou, pela festa de formatura e pela paixão não correspondida.

Seja quem for o candidato presidencial do PSDB, ele ganha de Lula. Se for José Serra, ganha com folga. Se for Geraldo Alckmin, também ganha, mas com menos folga. **Com Alckmin no Palácio do Planalto, Chalita será alçado à condição de Rasputin brasileiro.** Alckmin tem grande consideração por ele. Por ele e por Tom Cavalcante. Alckmin recomenda a todos os seus interlocutores que assistam ao espetáculo do humorista. De acordo com ele, é um exemplo de comicidade inteligente. Fico enauseado só de ouvir falar em Lula e em lulistas. **Para quem não agüentava mais essa gente, como eu, a chegada ao poder de Vanusa e do Visconde de Sabugosa é uma liberação.**

MAINARDI, Diogo. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Neste texto, o enunciador empírico é o próprio Diogo Mainardi. Vemos que todos os períodos que contêm uma antonomásia (colocados em negrito por nós) só podem ser referenciados na instância do enunciador empírico e, desse modo, a compreensão e a interpretação dessas antonomásias refletem as crenças de natureza diversa desse enunciador. Sabendo que Diogo Mainardi é um articulista político, mordaz em suas ironias, o processo de referenciação dessas antonomásias reflete as “unidades culturais” reconhecidas e legitimadas pelo “eu” do Diogo Mainardi que se constrói como enunciador da instância enunciativa. Veja-se o exemplo, que foi retirado do texto acima:

“Chalita é o Visconde de Sabugosa do Sítio do Picapau Amarelo geraldista. Ele é o sábio de cartola do alckminismo.”

Convém lembrar que entre o enunciador-escritor e o enunciatário-leitor há um pacto virtual de recepção. É com base nesse pacto que as antonomásias do texto de Mainardi devem ser interpretadas. Desse modo, é interessante notar que o enunciador-escritor propõe as seleções contextuais que irão promover a interpretação desejada, como se vê no exemplo acima, pois: Chalita= Visconde de Sabugosa do Sítio do Picapau Amarelo geraldista= sábio de cartola do alckminismo, no qual o nome próprio “Visconde de Sabugosa”, que é o núcleo da antonomásia, expressa um sentido, que é o de ser o sábio de cartola, porque é uma “unidade cultural” em um sistema de signos influenciados pela cultura, que é, nesse caso, o conhecimento das personagens que compõem a principal obra de Monteiro Lobato. Entretanto, algumas vezes, o processo de referenciação de uma antonomásia pode ser obscurecido pela individualização de um ou mais sentidos de uma “unidade cultural”. É o que se vê no seguinte trecho do texto:

“Chalita, o Marquês de Rabicó da Igreja da Renovação Carismática, o padre Marcelo Rossi das faculdades Sumaré, aconselha que os alunos orem no começo e no fim das aulas.”

Se, por um lado, parece claro para o leitor a predicação Chalita= ser o padre Marcelo Rossi das Faculdades Sumaré, pois há no texto itens lexicais que estão ancorados na “unidade cultural” reconhecida como “Marcelo Rossi”, ou seja, que é um padre e, conseqüentemente, ora; por outro lado, nada evidencia no texto a instância discursiva na qual irá se buscar a predicação para o nome próprio “Marquês de Rabicó”, personagem de Monteiro Lobato reconhecido pela gulodice, visto que, no texto, não há itens lexicais que indiciam pistas que promovam a referenciação da predicação Chalita= ser o Marquês de Rabicó da Igreja da Renovação Carismática, isto é, é quase impossível para o leitor buscar qual ou quais sentido(s) foram previstos pelo enunciador para a “unidade cultural” “Marquês de Rabicó”.

Há, no texto, outras instâncias enunciativas que, apesar de estarem inclusas na instância discursiva do enunciador empírico, não refletem a experiência cultural do enunciador empírico- Diogo Mainardi: os trechos entre aspas que refletem o pensamento de Gabriel Chalita, a música de Nelson Ned e as instâncias enunciativas tradicionais abertas pelos verbos “dicendi” e expressões de elocução.

Isto quer dizer que o processo de referenciação desejado para as antonomásias dependerá das instâncias enunciativas nas quais elas se incluem. Nesse sentido, a interpretação e compreensão de um texto e das expressões linguísticas que o compõem passam pelo reconhecimento, por parte do leitor, do “eu” que configura cada instância de enunciação. Cada instância enunciativa é um espaço mental de referenciação com um determinado saber discursivo.

Conclusão

Acreditamos que os estudos futuros sobre a antonomásia apontam, em certo sentido, para as relações entre linguagem e sociocognição, ou seja, a integração entre gramática e pragmática ou entre gramática e outros módulos da mente. Ao pretender examinar o papel das instâncias enunciativas e do signo como “unidade cultural” (ECO, 1973, 2004) referenciado por meio da iconicidade, ou seja, pela percepção e pelo reconhecimento de um nome próprio como índice- ícone na interpretação das antonomásias em discurso, cremos ter fornecido em parte argumentos para a construção de uma “gramática cognitiva” do português do Brasil.

Referências bibliográficas:

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. 2.ed Campinas: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1988.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1982.

ECO, Umberto. *O Signo*. Lisboa: Editora Presença, 1973.

_____. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAUCONNIER, Gilles. *Espaces mentaux: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*. Paris: les Editions de Minuit, 1984.

_____. *Mental Spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0, CD-ROM. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAKOFF, George. *Categories and Cognitive models*. University C. Berkeley, 1982.

_____. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago U. Press, 1987.

PERELMAN & TYTECA. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SIMÕES, Darcilia. *Estudos semióticos- papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2004.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VOLLI, Ugo. *Manual de Semiótica*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.